

Entre arquivo e exposição: memória queer na era das plataformas

Between Archive and Exposure: Queer Memory in the Age of Platforms

FÁBIO JÚNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA¹ LUCAS MELO RODRIGUES DE SOUSA²

 orcid.org/0009-0001-7851-4664

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19830059>

RESUMO

Este ensaio examina o paradoxo entre hiperexposição digital e fragilidade da memória queer nas plataformas. Sustenta-se que a intensificação da circulação de rastros, imagens, perfis e metadados sobre sujeitos dissidentes não equivale à preservação de sua experiência histórica. Ao contrário, a lógica das plataformas submete a memória à economia da atenção, à moderação privada, à instabilidade dos formatos e à governança algorítmica da visibilidade. Partindo de autores dos estudos de memória, arquivos e plataformas, o texto argumenta que a disputa contemporânea não se resume ao direito de aparecer, mas envolve também o direito de permanecer, ser descrito de modo adequado e integrar arquivos menos precários do que aqueles organizados por interesses mercadológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória queer; plataformas digitais; arquivo; apagamento digital; governança da visibilidade

RECEBIDO

2026, mar. 18

APROVADO

2026, mar. 24

PUBLICADO

2026, mar. 25

IDENTIFICAÇÃO

OLIVEIRA, F. J. G. de. Entre arquivo e exposição: memória queer na era das plataformas. *Entreparágrafos*, v. 1, n. 2, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19830059>. ISSN: 3086-4550

¹ Fábio Júnio Gonçalves de Oliveira. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Direito Público pela Faculdade Legale. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A promessa do arquivo total

L. A cultura digital difundiu a fantasia do arquivo total. Numa época em que quase tudo deixa rastro, parece intuitivo supor que plataformas armazenam a história social com uma fidelidade inédita. Para experiências queer, essa promessa é especialmente sedutora: depois de décadas de silêncio, estigmatização e destruição documental, a internet apareceu como espaço de encontro, reconhecimento e registro. Mas a plataforma não coincide com o arquivo. Acumular vestígios não é o mesmo que preservar memória, e visibilidade não é sinônimo de permanência (DE KOSNIK, 2016; CVETKOVICH, 2003).

A noção de “arquivo de sentimentos”, proposta por Ann Cvetkovich, é decisiva aqui porque desloca a memória queer do modelo do documento oficial e permite pensar experiências afetivas, ordinárias e marginais como matéria arquivável (CVETKOVICH, 2003). O problema é que as plataformas operam por outra gramática. Elas registram muito, mas registram segundo prioridades comerciais; guardam, mas guardam de forma seletiva; tornam visível, mas sem garantir contexto, estabilidade ou continuidade histórica. O resultado é um paradoxo: sujeitos queer podem estar mais expostos como dados do que preservados como memória.

I.

Plataformas não são arquivos

A distinção é menos semântica do que política. Em termos de preservação digital, memória institucional exige políticas de seleção, redundância, integridade dos arquivos, metadados consistentes, controle de formatos e estratégias de acesso de longo prazo (NDSA, 2019; UNESCO, 2024). Plataformas, ao contrário, são infraestruturas orientadas por circulação, engajamento e monetização da atenção. Seu objetivo não é custodiar o passado, mas manter fluxos contínuos de interação e extração de valor. Mesmo quando hospedam testemunhos, imagens e comunidades, o que está em jogo não é uma lógica arquivística de permanência, e sim uma lógica operacional de tráfego e governança privada (GILLESPIE, 2018; ROBERTS, 2019).

Essa diferença ajuda a compreender por que a sensação de abundância documental pode esconder grande precariedade memorial. Um post pode permanecer online por anos e, ainda assim, não ser verdadeiramente preservado. Basta uma alteração de política, uma mudança de interface, a falência de um serviço, um ajuste no mecanismo de busca ou a desativação de uma conta para que camadas inteiras de sociabilidade desapareçam ou se tornem virtualmente irre recuperáveis. O digital amplia a capacidade de armazenamento, mas também amplia a dependência de intermediários privados e de formatos instáveis. Como mostrou Abigail De Kosnik, a memória digital é profundamente atravessada por regimes de plataforma e

por disputas em torno de quem tem poder para guardar, recircular e legitimar vestígios culturais (DE KOSNIK, 2016).

II.

Tornar-se dado, desaparecer como memória

Essa precariedade é particularmente aguda para experiências queer porque a plataforma contemporânea combina acolhimento, vigilância e risco. Pesquisas recentes mostram que redes sociais podem favorecer pertencimento, experimentação identitária e formação de comunidade para pessoas LGBTQ+, especialmente em contextos offline hostis (BERGER et al., 2022; EICKERS, 2024). Ao mesmo tempo, essas mesmas infraestruturas ampliam a legibilidade dos sujeitos por meio de rastros comportamentais, padrões de consumo, redes de interação e inferências automatizadas. Em outras palavras, tornam vidas queer encontráveis, classificáveis e monetizáveis.

O problema não está apenas na coleta massiva de dados, mas na assimetria entre exposição e permanência. Plataformas são muito eficientes para transformar intimidade em perfil, mas muito menos comprometidas com a guarda contextualizada de memórias dissidentes. O que se preserva com mais facilidade não é, necessariamente, a história de uma comunidade, e sim aquilo que pode ser convertido em sinal operacional: preferência, afinidade, tendência, nicho, risco, audiência. A vida queer aparece então como dado circulável, porém não como patrimônio histórico protegido. A própria experiência de

pertencimento pode ser reconfigurada por essa ambivalência: o espaço que acolhe é o mesmo que mede, ordena, recomenda e, em certos casos, expõe (EICKERS, 2024; GILLESPIE, 2018).

É nesse ponto que o debate sobre moderação de conteúdo deixa de ser assunto meramente técnico. O Social Media Safety Index de 2025, da GLAAD, registra que grandes plataformas continuam falhando em mitigar ódio anti-LGBTQ e, simultaneamente, suprimem de modo desproporcional conteúdos LGBTQ por remoção, desmonetização e *shadowbanning* (GLAAD, 2025). Não se trata apenas de escolher entre visibilidade e censura. O que está em disputa é uma arquitetura na qual corpos dissidentes podem ser intensamente visados por hostilidade, publicidade e extração de dados, ao mesmo tempo em que suas formas de expressão e documentação permanecem vulneráveis a bloqueios, perda de alcance e desaparecimento.

V.

O arquivo queer como disputa de descrição

A memória também some quando não pode ser descrita com linguagem adequada. Arquivos não preservam apenas objetos; preservam também critérios de nomeação, classificação e busca. Por isso, a mediação terminológica é central para o passado queer. Marika Cifor e K.J. Rawson mostram, no caso do Homosaurus, que o ativismo informacional queer não se limita a reunir acervos, mas envolve disputar os próprios vocabulários com que pessoas, práticas e histórias se tornam encontráveis (CIFOR;

RAWSON, 2023). Sem isso, vidas queer permanecem mal indexadas, escondidas sob categorias heteronormativas ou reduzidas a descritores patologizantes e imprecisos.

Esse ponto corrige uma ilusão recorrente: a de que basta digitalizar para democratizar. A digitalização pode ampliar acesso, mas também reproduzir silenciamentos quando mantém taxonomias inadequadas, hierarquias excludentes e lógicas de busca incapazes de reconhecer experiências dissidentes (EICHHORN, 2014; CIFOR; RAWSON, 2023). Em arquivos comunitários LGBTQ2+, Elspeth Brown mostra que o risco de “aniquilação simbólica” persiste quando cisnormatividade, colonialidade e branquitude seguem estruturando a própria organização do acervo (BROWN, 2020). Preservar, portanto, não é só armazenar; é também descrever, contextualizar e permitir que uma comunidade se reconheça na forma de sua própria documentação.

V. **Entre o testemunho e o risco**

Projetos como Queering the Map evidenciam, de maneira exemplar, tanto a potência quanto a fragilidade do arquivo queer digital. Ao permitir que usuários depositem, de forma anônima, micro-histórias ligadas a lugares específicos, a plataforma produz uma cartografia afetiva e coletiva da experiência queer, expandindo o que pode contar como evidência memorial (KIRBY et al., 2021; WATSON et al., 2024). O mérito desse tipo de iniciativa está em tornar arquiváveis o banal, o íntimo, o efêmero e o local —

justamente dimensões que, durante muito tempo, ficaram fora dos repositórios formais.

Mas a força do testemunho distribuído vem acompanhada de dilemas éticos. Como lembram Cowan e Rault, a transposição de cenas, práticas e memórias queer para ambientes digitais exige cuidado com arquivos “arriscados”, isto é, com materiais cuja circulação pode ampliar exposição indevida, vigilância ou danos futuros (COWAN; RAULT, 2018). Nem toda visibilidade protege; nem todo registro emancipa. Há memórias que precisam ser acessíveis, e há memórias que exigem opacidade, mediação comunitária ou protocolos específicos de cuidado. Em matéria queer, a boa política do arquivo não coincide com a disponibilidade irrestrita.

V **I.** **D** **a visibilidade ao direito de permanecer**

O ponto central é que a luta contemporânea não pode ser formulada apenas como demanda por representação. Ser visto importa, mas não basta. É preciso perguntar em que condições algo permanece, quem decide o que pode ser recuperado, quais metadados tornam um passado pesquisável e que tipos de governança protegem acervos vulneráveis. A plataforma favorece a aparição; o arquivo exige continuidade. A primeira organiza atenção; o segundo exige responsabilidade temporal. Quando confundimos uma coisa com a outra, aceitamos como memória o que muitas vezes é apenas exposição administrada por empresas privadas.

Por isso, uma política democrática da memória queer precisa combinar, ao menos, quatro exigências. A primeira é reconhecer que plataformas comerciais não podem ser o horizonte exclusivo de preservação histórica. A segunda é fortalecer arquivos comunitários e infraestruturas públicas ou cooperativas capazes de garantir redundância, curadoria e acesso de longo prazo. A terceira é tratar descrição, indexação e terminologia como problemas políticos centrais, e não como detalhe técnico. A quarta é admitir que, para populações historicamente vulnerabilizadas, o direito à memória deve conviver com o direito à opacidade, ao

contexto e à mediação situada (BROWN, 2020; CIFOR; RAWSON, 2023; COWAN; RAULT, 2018).

Em síntese, a era das plataformas não resolveu o problema histórico da memória queer; apenas o reorganizou. Hoje, o perigo não está somente na ausência de registro, mas na coexistência entre excesso de rastros e precariedade de preservação. Há mais dados, mais imagens e mais legibilidade, mas isso não significa mais arquivo, mais contexto ou mais justiça memorial. Entre arquivo e exposição, a diferença continua sendo decisiva. E, para comunidades queer, ela pode ser a diferença entre permanecer na história e voltar a desaparecer nela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Michal N. et al. Social Media Use and Health and Well-being of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Youth: Systematic Review. *Journal of Medical Internet Research*, Toronto, v. 24, e38449, 2022. DOI: 10.2196/38449.
- BROWN, Elspeth H. Archival Activism, Symbolic Annihilation, and the LGBTQ2+ Community Archive. *Archivaria*, Toronto, n. 89, p. 6-33, 2020.
- CIFOR, Marika; RAWSON, K.J. Mediating Queer and Trans Pasts: The Homosaurus as Queer Information Activism. *Information, Communication & Society*, London, v. 26, n. 11, p. 2168-2185, 2023. DOI: 10.1080/1369118X.2022.2072753.
- COWAN, T.L.; RAULT, Jasmine. Onlining queer acts: Digital research ethics and caring for risky archives. *Women & Performance: a journal of feminist theory*, New York, v. 28, n. 2, p. 121-142, 2018. DOI: 10.1080/0740770X.2018.1473985.
- CVETKOVICH, Ann. *An Archive of Feelings: Trauma, Sexuality, and Lesbian Public Cultures*. Durham: Duke University Press, 2003.
- DE KOSNIK, Abigail. *Rogue Archives: Digital Cultural Memory and Media Fandom*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.
- EICKERS, Gen. Social Media Experiences of LGBTQ+ People: Enabling Feelings of Belonging. *Topoi*, Dordrecht, v. 43, p. 617-630, 2024. DOI: 10.1007/s11245-023-09994-3.
- EICHHORN, Kate. Beyond digitisation: a case study of three contemporary feminist collections. *Archives and Manuscripts*, Canberra, v. 42, n. 3, p. 227-237, 2014. DOI: 10.1080/01576895.2014.958866.
- GILLESPIE, Tarleton. *Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media*. New Haven: Yale University Press, 2018.
- GLAAD. 2025 Social Media Safety Index Platform Scorecard. New York: GLAAD, 2025. Disponível em: <https://assets.glaad.org/m/346d7b38bb818f6d/original/2025-Social-Media-Safety-Index.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- KIRBY, Emma et al. Queering the Map: Stories of love, loss and (be)longing within a digital cartographic archive. *Media, Culture & Society*, London, v. 43, n. 2, p. 336-353, 2021. DOI: 10.1177/0163443720986005.
- NDSA. Levels of Digital Preservation. Washington, DC: National Digital Stewardship Alliance, 2019. Disponível em: <https://www.ndsa.org/publications/levels-of-digital-preservation/>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- ROBERTS, Sarah T. *Behind the Screen: Content Moderation in the Shadows of Social Media*. New Haven: Yale University Press, 2019.
- UNESCO. Advancing access to information and digital preservation: IFAP's impact on digitizing documentary heritage. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/advancing-access-information-and-digital-preservation-ifaps-impact-digitizing-documentary-heritage>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- WATSON, Ash et al. What matters in the queer archive? Technologies of memory and Queering the Map. *The Sociological Review*, London, v. 72, n. 1, p. 99-117, 2024. DOI: 10.1177/00380261231199861.

Licença Creative Commons CC BY 4.0. Este trabalho permite compartilhar e adaptar para qualquer fim, desde que atribuído o devido crédito editorial à Entreprágrafos.

Entreprágrafos
ISSN 3086-4550

ENGLISH VERSION

Between Archive and Exposure: Queer Memory in the Age of Platforms

ABSTRACT

This essay examines the paradox between digital hypervisibility and the fragility of queer memory on platforms. It argues that the intensified circulation of traces, images, profiles, and metadata about dissident subjects does not amount to the preservation of their historical experience. Rather, platform logic subjects memory to the attention economy, private moderation, unstable formats, and algorithmic governance of visibility. Drawing on scholarship in memory studies, archival studies, and platform studies, the essay contends that the contemporary struggle is not limited to the right to appear, but also concerns the right to remain, to be described adequately, and to be part of archives less precarious than those organized by commercial interests.

KEYWORDS: Queer memory; digital platforms; archive; digital erasure